



GÊNERO E SEXUALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: PROPOSTAS PEDAGÓGICAS E MOTIVAÇÕES POLÍTICAS NAS DECISÕES LEGISLATIVAS

GENDER AND SEXUALITY IN EDUCATIONAL PUBLIC POLICIES: PEDAGOGICAL SUGGESTIONS AND POLITICAL MOTIVATIONS IN LEGISLATIVE DECISIONS

Vanessa Bento da Costa¹, Jéssica Guimarães Martins¹, Leonardo Silveira Costa¹

Autor correspondente: Vanessa Bento da Costa – E-mail: vanessabentoc@yahoo.com.br

RESUMO

Considerando que as lutas das mulheres são assuntos presentes no cotidiano da sociedade atualmente, o presente artigo pretende refletir acerca da igualdade de gênero e as diversas possibilidades de viver a sexualidade como temas a serem abordados dentro da escola. O objetivo central deste trabalho é investigar as motivações conservadoras das decisões políticas acerca da igualdade de gênero como tema a ser abordado dentro da escola e confrontá-las com a atualização dos estudos pedagógicos progressistas. Para tal, a metodologia escolhida foi uma revisão bibliográfica teórica, cujo ponto de vista pedagógico adotado tem base nos estudos pós-estruturalistas e nos pensadores pós-modernos; inclui-se também uma explanação factual, percorrendo o caminho das políticas públicas educacionais que contemplavam as pautas feministas e LGBTQI nos últimos anos. O resultado do estudo – problematizado sob uma visão foucaultiana – aponta para a constatação de que as instituições mais conservadoras agem, de fato, de maneira sistemática, calculada e articulada tomando a frente nessa pasta. Conclui-se, portanto, que para que os atuais debates feministas e pautas LGBTQI estejam presentes na realidade escolar é necessário compreender que deve haver maior presença feminina representando as pautas no Congresso, além de decisões políticas alinhadas aos estudos e atualizações do campo da Pedagogia e menos religião interferindo nos rumos das políticas públicas educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Pública; Gênero; Políticas Públicas e Sociedade; Sexualidade e Educação.

ABSTRACT

Considering that women's struggles are current issues in society today, this article intends to reflect on gender equality and the various possibilities of experiencing sexuality as topics to be discussed at school. The main objective of this work is to investigate the conservative motivations of political decisions about gender equality as a topic to be addressed within the school and to confront them with the updating of progressive pedagogical studies. To this end, the chosen methodology was a theoretical bibliographic review, whose adopted pedagogical point of view is based on post-structuralist studies and post-modern thinkers; a factual explanation is also included, following the path of public educational policies that have been considered as feminist guidelines in recent years. The result of the study – problematized under a foucaultian view – points to the observation that the most conservative institutions act, in fact, in a systematic, calculated and articulated way, taking the lead in this portfolio. It is concluded, therefore, that for the current feminist debates and LGBTQI agendas included in the school

¹ Acadêmicos no Curso de Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Volta Redonda (RJ), Brasil.

reality, it is necessary to understand that there must be a greater female presence represented as agendas in Congress, in addition to political decisions aligned with studies and updates in the field of Pedagogy and less religion interfering in the direction of educational public policies.

KEYWORDS: Genre; Public Education; Public Policies and Society; Sexuality and Education.

INTRODUÇÃO

A busca por uma sociedade mais igualitária, democrática e que atenda bem a todos os cidadãos deve abranger não apenas questões econômicas e de classe social, há outros abismos socioculturais que merecem atenção do Estado. Nesse contexto, destacam-se aqui os muros que dividem homens e mulheres na sociedade contemporânea – que ainda traz em si a carga de uma cultura patriarcal secular, com traços medievais.

É dever do Estado, como detentor do bem-estar social, atuar por meio de políticas públicas com objetivos de garantir direitos e exigir deveres de todos os cidadãos, igualmente, não diferenciando gênero. Nesse quadro pode-se apontar, dentre outras questões, a garantia de salários iguais para homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo; licença-paternidade com maior tempo de duração; o direito da mulher de ir e vir em segurança com garantias de proteção contra estupro; respeito às escolhas e preferências acerca da sexualidade de cada um; pensão alimentícia de acordo com as reais despesas da criança; punição e legislação mais severa por crime de estupro, agressão e feminicídio. A lista é longa, mas o que se nota como origem primeira de todos esses problemas é uma cultura sexista de base, que pode ser corrigida, em longo prazo, por meio da educação, e em curto e médio prazo, por meio de leis de proteção e valorização da mulher. Em todos os casos, tais fatores dependem da representatividade feminina no Poder Legislativo agindo para a transformação. Desse modo, a presença de mais mulheres no Congresso Nacional,

desde as eleições de 2018, denuncia a emergência dessa representatividade atuando pelas questões de gênero nas instituições oficiais do Estado. As últimas eleições a nível federal mostraram uma parcela da população reagindo ao crescente conservadorismo, que cada vez mais interfere nas decisões políticas com base em argumentos cristãos, principalmente na pasta da Educação.

Ao lado das lutas feministas estão as causas LGBTQI e os debates acerca da sexualidade. Em junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) votou a favor da criminalização da homofobia e transfobia, tendo de enquadrar as práticas como crimes de racismo justamente por reconhecer omissão legislativa para esses casos².

Enquanto o Brasil e o mundo vivenciam as transformações sociais através dos fatos e acontecimentos do cotidiano, é dever da escola acompanhar as mudanças e não omitir da educação temas tão vivos como gênero e sexualidade. Tendo em vista o Artigo 1º da Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem também “nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Portanto, é dever da escola acompanhar as mudanças e não omitir da educação temas tão necessários como as questões de gênero. Trata-se de um espaço privilegiado para a transformação social e os estudantes não estão alheios às urgências sociais, tampouco devem ser ignorados, tendo em vista que a escola forma o cidadão, futuro adulto e profissional requisitado em sua comunidade. Nesse sentido, Sacristán aponta:

A diversidade na educação é ambivalência, porque é desafio a satisfazer, realidade com a qual devemos contar e problema para o qual há respostas contrapostas. É uma chamada a respeitar a condição da realidade humana e da cultura, forma parte de um programa defendido

² Para mais informações sobre a decisão do STF, consultar a página oficial do órgão. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/ver-NoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 20 nov. 2020.

pela perspectiva democrática, é uma pretensão das políticas de inclusão social e se opõem ao domínio das totalidades únicas do pensamento moderno (SACRISTÁN, 2001, p. 123).

Os jovens também são os sujeitos mais afetados em momentos de efervescência cultural e transformação, portanto, são os que mais precisam de apoio e orientação. Nem sempre a família é capaz de participar tão ativamente como suporte, então é dever da escola cumprir esse papel – dever esse que é previsto pela LDB (BRASIL, 1996), consoante consta do Artigo 2º, que prevê a educação como dever não só da família, mas do Estado, devendo preparar o educando para o exercício da cidadania.

Entretanto, as políticas públicas e decisões do Conselho Nacional de Educação (CNE) seguem na contramão das reais necessidades da população, pois, quando da reformulação do texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, optaram, em votação, por suprimir termos como gênero e orientação sexual do documento – influenciados por instituições católicas conservadoras. Trata-se de um documento de grande importância, pois norteia os currículos das escolas de todo o Brasil, tanto na educação infantil como no ensino fundamental, e, ao omitir assuntos tão pertinentes e atuais das habilidades a serem trabalhadas na educação escolar, também aliena os jovens estudantes de conhecimentos necessários para a formação cidadã. A decisão tomada durante o governo do então Presidente da República Michel Temer revelou um grande retrocesso. Quando questionado, o CNE alegou que o assunto é polêmico e deve se restringir ao meio familiar, o que vai de encontro ao Artigo 2º da LDB, já mencionado acima.

Não é dever da escola somente ensinar conteúdos relacionados às disciplinas. No que se refere ao currículo e práticas pedagógicas, é preciso colocar em pauta o debate acerca da equidade de gênero, eliminar o preconceito, a discriminação e a indiferença.

Considerando o cenário exposto, o presente trabalho vem analisar o plano político e pedagógico na educação pública brasileira, e então levantar

a importância da abordagem de conceitos como masculino e feminino, trans e cisgênero, trans e homossexualidade, e termos afins, não só pelos professores, dentro de sala de aula, mas pela escola como um todo, tendo em vista sua importância como instituição social de caráter formador.

Os estudos sociológicos e antropológicos contemporâneos compreendem o gênero como uma construção cultural – partindo da perspectiva de Beauvoir (1980), atualizada com Butler (1998) –, ao passo que Foucault (1988) denuncia o poder das construções sociais discursivas acerca da sexualidade e práticas sexuais. Em outra via, Hall (2007) levantou importantes considerações sobre as diversas identidades culturais do sujeito pós-moderno, dentre elas, a relevância das diferentes e variáveis identidades de gênero e de sexualidade.

Assim, o artigo parte da abordagem pós-estruturalista e dos Estudos Culturais, enfatizando a perspectiva pedagógica dos estudos de Louro (1997), cuja expressão das ideias de uma educação atenta às questões de gênero e sexualidade movimentou no Brasil uma proposta pedagógica pós-crítica, até então pouco explorada no país. É importante salientar que o trabalho teve suas motivações na pedagogia das diferenças, através da perspectiva de uma ética estética, que preza por uma educação inclusiva, considerando as diferenças não somente psicomotoras de pessoas com deficiência, mas essencialmente as daqueles que são excluídos socialmente por não se encaixarem nas categorias impostas culturalmente pela sociedade, que tende a eliminar as diferenças que incomodam o pensamento hegemônico e o *status quo*.

Em seguida, explana-se o contexto atual das políticas públicas educacionais, traçando o percurso do sistema público de ensino e as ações voltadas para as questões de gênero, alinhadas à evolução dos debates nesse tema e das transformações sociais, hábitos, posturas e anseios da população, em especial, da mulher.

Este trabalho tem como objeto de estudo, essencialmente o Congresso Nacional e suas decisões, com recorte para a bancada cristã, os lobistas em

atuação direta sobre a pasta da educação, com ênfase na temática de gênero e sexualidade. Além da compreensão de uma teoria pedagógica, que abre os caminhos deste estudo, também se fez necessária uma análise teórica sobre as manobras dos parlamentares para conseguirem satisfazer suas necessidades, conforme suas crenças e interesses. Nesse aspecto, observa-se que o pensamento progressista e liberal sobre gênero, sexo e sexualidade, além da posição que a mulher luta por ocupar na sociedade, caracteriza um movimento que vai de encontro à postura conservadora do Congresso. Como arcabouço teórico para fundamentar a análise desse ponto, a pesquisa se vale, essencialmente, dos conceitos de Foucault (1974; 1987) sobre poder, estratégias, dispositivo, instituições e forças coercitivas, especialmente no que tange o papel histórico da Igreja.

A pesquisa prima por um relato conciso e sucinto dos fatos, tendo em vista que são de conhecimento comum, vindos à tona pela grande mídia, além de serem abertos ao público nas páginas oficiais do Governo e do Congresso. Tais acontecimentos recebem uma análise sob o ponto de vista foucaultiano, a fim de compreender as nuances dessas estratégias de poder e problematizar os recentes eventos com legitimidade teórica.

Por fim, este trabalho conclui que a escola, assim como espaço fértil para a disseminação do conhecimento e informação construtivos, também se mostra como lugar apropriado para ser abocanhado como parte fecunda do dispositivo de poder religioso. Este artigo é um alerta para que as reformas escolares sejam feitas com urgência, não apenas no conteúdo – curricular e pedagógico –, mas também no continente, no sentido estrito da palavra.

2 METODOLOGIA

A metodologia escolhida foi uma revisão bibliográfica teórica, cujo ponto de vista pedagógico adotado tem base nos estudos pós-estruturalistas e nos pensadores pós-modernos; inclui-se também

uma explanação factual, percorrendo o caminho das políticas públicas educacionais que contemplavam as pautas feministas e LGBTQI nos últimos anos.

A discussão foi feita em cima de fatos e decisões políticas verificadas em notícias, e em seguida questionados e problematizados por uma visão foucaultiana. Foucault foi o estudioso que mais se destacou nas investigações sobre política e estrutura de poder, genealogia social e forças estruturantes de instituições como a Igreja. O autor mais cabível e coerente para explicar o fenômeno que ocorre no Brasil. Além disso, ele também foi o teórico que se empenhou em estudar sexualidade e as relações de poder circunscritas nas verdades e discursos criados e suas intenções.

3 DISCUSSÃO

3.1 CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE

3.1.1 Por Uma Pedagogia Cultural

Num momento em que o Brasil e o mundo vivenciam grave conflito de ideias polarizadas – as quais partem da macropolítica e se espraiam nos discursos ideológicos que se manifestam nas sutilezas mais cotidianas, seja da fala ou do comportamento do sujeito –, é preciso observar que, se há um forte movimento feminista, aumento das denúncias de feminicídio, manifestações públicas pela igualdade entre gêneros, além de uma maior visibilidade do grupo LGBTQI e conquistas legais dessa minoria – desde o casamento gay à criminalização da homo e transfobia –, também há um movimento reacionário cada vez mais intolerante e conservador.

Educar para a diferença é demanda social cada vez mais urgente para a escola, mas também é dificultada pela polêmica, não só na grande política, mas principalmente na intolerância que se observa na vida privada, o que causa impedimentos à libertação

das padronizações que formatam as relações interpessoais. Segundo Dinis,

A inclusão do debate sobre a diversidade sexual e de gênero no espaço acadêmico ocorre desde meados dos anos de 1970 e deve-se, historicamente, à pressão dos grupos feministas e dos grupos gays e lésbicos que denunciaram a exclusão de suas representações de mundo nos programas curriculares das instituições escolares. No plano acadêmico internacional, esse movimento surgiu com os departamentos de Estudos da Mulher e, posteriormente, com os Estudos de Gênero e os Estudos Gays e Lésbicos, em algumas das universidades americanas, sempre no esforço de criar alternativas e formas de resistências aos sintomas de sexismo, machismo e homofobia e, ao mesmo tempo, fazendo com que tais temas pudessem ser abordados também nas pesquisas acadêmicas (DINIS, 2008, p. 479).

Contudo, esse pensamento não avançou na prática das políticas educacionais brasileiras, tendo em vista a decisão do CNE acerca do texto da BNCC e dos próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em que se omite qualquer menção direta à questão da sexualidade diversificada e identidades de gênero.

Uma das explicações pedagógicas possíveis para a ausência desses temas nos documentos que norteiam o currículo das escolas é a compreensão do conceito de identidade e subjetividade. Os estudiosos e teóricos do campo da Educação sempre partiram de uma perspectiva psicológica, legitimada pelo campo da Biologia, o que é notável na Psicologia da Aprendizagem e na Psicologia do Desenvolvimento, pois ambas se apoiam em descrições normatizadoras e naturalistas, e na evolução darwinista, hierarquizando o desenvolvimento humano em escalas sistemáticas e ordenadas (PERRENOUD, 2000). Esse discurso biologizante apenas corrobora a exclusão daqueles considerados diferentes, e ainda legitima a supremacia masculina, colocando a mulher em segundo plano.

Nesse sentido, nota-se que os PCN se sustentam no modelo pedagógico construtivista, que acaba sendo responsável por um conservadorismo na educação, pois trata-se de uma pedagogia amparada nos estudos do desenvolvimento cognitivo associado ao biológico (CORREIA, 2013, p. 85). Para o construtivismo, as escolas existem para potencializar o desenvolvimento natural da racionalidade humana, alinhado aos ideais iluministas, capitalistas e liberais, fazendo do ensino um instrumento a favor da manutenção do *status quo*, preterindo o caráter social da educação.

Na contramão dessas ideias, surgem os Estudos Culturais, na década de 60, que apresentam o conceito de múltiplas identidades e entendem o sujeito pós-moderno dotado de não somente uma única identidade, mas de várias construções culturais identitárias que atravessam toda a subjetividade (HALL, 2007). Tais identidades culturais se aplicam igualmente às identificações de sexualidade e de gênero, posto que também são dadas e adquiridas por meio de construções discursivas, moldadas e impostas culturalmente na sociedade, tal como denunciou Foucault (1988), em meio a seus estudos sobre relações de poder através da genealogia e história da sexualidade.

Foi nesse caminho que Louro (2001) se encontrou e desenvolveu os primeiros estudos no Brasil sobre educação, gênero e sexualidade numa pedagogia pós-crítica. Ao compreender que o discurso psicológico inscrito nas teorias pedagógicas que enquadram e limitam os sujeitos dentro de categorias engessadas e imutáveis estava diretamente ligado às práticas normativas das políticas educacionais nas escolas, a autora esclareceu a intenção conservadora das escolas com relação à diversidade de gênero e da sexualidade, explanando a omissão desses assuntos em documentos tão importantes para o currículo escolar. Para Louro,

O processo de ocultamento de determinados sujeitos pode ser flagrantemente ilustrado pelo silenciamento da escola em relação aos/às homossexuais. No entanto,

a pretensa invisibilidade dos/as homossexuais no espaço institucional pode se constituir, contraditoriamente, numa das mais terríveis evidências da implicação da escola no processo de construção das diferenças. De certa forma, o silenciamento parece ter por fim “eliminar” esses sujeitos, ou, pelo menos, evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejá-los/as. A negação e a ausência aparecem, nesse caso, como uma espécie da garantia da “norma” (LOURO, 2001, p. 89).

Trazendo essa questão para o atual cenário global, impende observar que, se a escola ainda está inserida em uma política educacional conservadora, por sua vez também se encontra em meio a disputas ideológicas que protagonizam debates em plena efervescência na atualidade. As lutas são constantes e o prognóstico é de que haja ainda mais conquistas feministas e LGBTQI. Nesse sentido, mesmo que os documentos oficiais que orientam o currículo escolar no Brasil ainda estejam longe de acompanhar as mudanças sociais, o professor que atua em sala de aula não tem como ignorar o alunado.

3.2. PERCURSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E GÊNERO

Para diminuir as desigualdades de gênero, é necessário conhecer as políticas públicas educacionais, e ainda há pouco conhecimento acerca do assunto no Brasil, bem como é lento o desenvolvimento de tais políticas no sistema público de ensino. O movimento feminista da atualidade impulsiona estudos acadêmicos no campo da pedagogia, contudo, ainda há pouca divulgação e aplicabilidade prática dos estudos.

Os anos 90 também foram palco de preocupações acadêmicas acerca do tema, inclusive com documentos políticos reivindicando o fim das discriminações contra as mulheres. Contudo, esse pensamento não avançou na prática das políticas

educacionais brasileiras. Conforme a pesquisa de Vianna e Unbehaum (2004), a década de 90 obteve

[...]grandes avanços na sistematização de reivindicações que visam à superação, no âmbito do Estado e das políticas públicas, de uma série de medidas contra a discriminação da mulher. Tais medidas se revelam, porém, plenas de contradições entre a defesa da ampliação dos direitos e a ótica da restrição do papel do Estado nas políticas públicas sociais, entre elas a educação (VIANNA; UNBEHAUM, 2004, p. 2).

Com a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a mulher, em 1995, promovida pela ONU, intensificou-se o debate sobre a importância de incluir as questões de gênero nas políticas públicas, entendendo que as diferenças entre homens e mulheres fazem parte de uma relação de poder. Trata-se de um debate necessário para compreender que a equidade de direitos deve levar em consideração as diferenças entre os sexos, porém, sem fazer dessas diferenças motivos para validar desigualdades. Esse olhar seria um caminho para a democratização das relações entre homens e mulheres.

Já no ano de 2003, no governo Lula, com o objetivo de promover ações e articular programas visando equidade de gênero no Brasil – sempre com a educação como uma área estratégica –, criou-se a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), ligada ao seu gabinete, com poder semelhante ao de um ministério.

Entretanto, é preciso observar que, se há um forte movimento feminista, manifestações públicas pela igualdade entre gêneros, além de uma maior visibilidade do grupo LGBTQI e conquistas legais dessa, também há um movimento reacionário cada vez mais intolerante e conservador. Nessas circunstâncias, emergiu no Congresso Nacional uma bancada cristã fundamentalista protagonizando decisões conservadoras, também atuando diretamente na educação.

3.3 O CONSERVADORISMO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

3.3.1 Motivações Religiosas

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024³ teve em sua aprovação a presença da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Frente Parlamentar Evangélica, que não se limitou somente à esfera federal – os Planos Estaduais e Municipais de Educação de todo o Brasil também sofreram interferência religiosa. A ação foi sistemática e certa na intenção de excluir qualquer detalhe que pudesse se relacionar a pautas de gênero e sexualidade.

Segundo Roseno e Silva (2017),

O caminho para a formulação do PNE é dividido em etapas, com conferências municipais, estaduais e nacionais, além da ampla participação de diversos segmentos da comunidade educacional e dos movimentos sociais. É uma trajetória que perpassa a construção democrática da educação brasileira e que resulta em relatórios finais, com eixos, estratégias, metas, etc. Esse processo é importante para a aglutinação de ideias emergentes e para a formulação das diretrizes educacionais. Porém, entre 2009 e 2014, o obscurantismo religioso – tão presente em nosso cenário político –, buscou a aniquilação de temas pertinentes, em defesa dos valores cristãos, ao exemplo da “família tradicional” (ROSENO; SILVA, 2017, p. 4).

Nesse sentido, termos associados a sexismo, identidade de gênero, machismo, feminismo e segregação foram suprimidos do texto da lei institucional do PNE, ao substituírem um trecho assertivo quanto à promoção das igualdades, racial, de gênero e de orientação sexual, pela generalização

³ Lei nº 13.005, aprovada no Congresso Nacional em 25 de junho de 2014.

resumida ao mero texto: “erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2015, p. 21).

No caso da votação dos Planos Municipais de Educação, a interferência dos bispos se deu com o argumento de que “ideologia de gênero” vai de encontro ao conceito de família, pois a CNBB considera que a inserção desse tema nas práticas pedagógicas poderia trazer perigo para as crianças e suas famílias. É indiscutível então que a Igreja Católica – até agora a que detém o maior número de fiéis dentre os que se declaram religiosos no Brasil – mobilizou seus representantes oficiais, não somente em Brasília, mas nos demais Estados e municípios do país, para defender suas pautas, fundadas apenas em argumentos morais e religiosos, sem considerar a realidade dos jovens e as transformações sociais que vigoram na atualidade.

Para Carreira (2016), essa atitude da frente católica só fortaleceu o conservadorismo no país, fazendo emergir ainda uma disputa pela hegemonia religiosa, tendo em vista a concorrência com a Igreja Evangélica frente ao eleitorado conservador. Esta, por sua vez, conquistou mais eleitores e se estabeleceu com uma bancada no Congresso Nacional, à frente de decisões ultraconservadoras nas leis brasileiras. Hoje, há um número expressivo de parlamentares evangélicos em nível federal.

A problemática culminou com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, que, em 2013, foi presidida por um pastor da Igreja Batista, o deputado Marco Feliciano e, posteriormente, com a ascensão do Movimento “Escola Sem Partido” (MESP), que levanta a proposta de uma educação conservadora no Brasil, usando o discurso de combater uma possível doutrinação ideológica nas escolas. A suposta neutralidade política e ideológica a qual se propõe esse movimento não seria nada além da manutenção do patriarcado e do *status quo*, que zela pela permanência dos privilégios das classes mais favorecidas, seja no sentido econômico, social, cultural e político.

O MESP então fortaleceria o grupo político religioso no Congresso Nacional, tendo em vista que, dos dezenove projetos de lei com base no Escola Sem Partido, onze têm vínculos com alguma igreja,

inclusive o Partido Social Cristão (PSC) é o que possui mais projetos (ROSENO; SILVA, 2017, p. 8).

3.4. O PROCESSO DE ALIENAÇÃO E PODER

Privar o outro do conhecimento e informação é aliená-lo de seus direitos também sobre suas próprias escolhas, suas liberdades. É preciso ter conhecimento para ser livre. Pois, ao passo que o saber liberta, também só é possível escolher algo que se conheça. Ao ignorar um assunto que necessita ser tratado, permanecer na ignorância é intrínseco.

Partindo dessa tautologia, recorre-se ao pensamento foucaultiano para compreender as estratégias de poder usadas pela bancada religiosa no Congresso Nacional, para manutenção do *status quo* e limitação do Estado Democrático de Direito e, conseqüentemente, da democracia.

Para refletir sobre o assunto, é necessário validar os conceitos de dispositivo e instituição, conforme Foucault (1979), dentro do objeto do presente estudo. Para o autor, o dispositivo é algo que se forma sempre em um determinado momento histórico, com função essencial de responder a uma urgência. Nesse caso, especificamente, vemos emergir o movimento feminista e os discursos de gênero por uma perspectiva não mais biológica, mas cultural, do ponto de vista pós-moderno. O dispositivo surge então como repressor, agindo de acordo com uma função estratégica dominante. De forma ampla, Foucault explica didaticamente:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Vê-se então, dentro do contexto atual brasileiro, que a bancada cristã, o Movimento Escola Sem Partido, as leis, as igrejas e os discursos adotados atuam como os elementos em rede empregados estrategicamente para a manutenção de um poder vigente. Sobre os discursos, adotados, ou não, ou até o próprio silenciamento, o autor vai além. Ele afirma que o discurso pode aparecer apenas como elemento que tem por objetivo “justificar e mascarar uma prática que permanece muda” (FOUCAULT, 1979, p. 244). Portanto, se há manifestação de mudança, aspiração a transformação social e o grito de algum grupo minoritário querendo fazer barulho e expressar sua voz, o dispositivo é criado e organizado para silenciar essa voz.

Então, se o dispositivo é todo o conjunto de elementos heterogêneos – discursivos ou não –, criado para manipular as relações de força, “seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, estabilizá-las, utilizá-las” (*ibidem*, p. 246), faz parte dessa heterogeneidade o que Foucault chama de instituição, a parte de tudo isso que não é dita, não é discursiva, mas está atravessada de poder em sua própria existência, sem que seja necessária uma palavra sequer, pois as imposições já estão circunscritas. Conforme Foucault, “se chama instituição todo comportamento mais ou menos coercitivo, aprendido. Tudo que em uma sociedade funciona como sistema de coerção, sem ser enunciado, ou seja, todo o social não discursivo é a instituição” (*ibidem*, 1979, p. 247).

A escola moderna é por si só uma instituição disciplinar desde sua arquitetura (FOUCAULT, 1987, p. 125–127), até sua ordenação espacial e funcionamento hierárquico, em que o aluno, por etimologia equivocada da palavra, é considerado o ser sem luz, que precisa de orientação e esclarecimento. Inicialmente, a ideia de esclarecimento advinha do Iluminismo, a busca pela luz, o conhecimento que tira o sujeito das trevas da ignorância. Contudo, parece agora que a Igreja e o cristianismo, mais uma vez na história, vêm se apropriando do espaço escolar para, de acordo com sua visão dogmática, salvar as pessoas

das trevas sob o ponto de vista religioso, subvertendo o conhecimento em si. Isso representa um grande retrocesso, chegando a se assemelhar ao ensino das Missões Jesuítas, datadas do período colonial brasileiro. Nesse sentido, a escola atual se mostra como um local controverso e paradoxal, tendo em vista que o advento da Modernidade com suas ideias progressistas e libertadoras demonstrou necessidade também de reformar não apenas o conteúdo programático de ensino, mas também o espaço escolar em sua arquitetura e ordenamento, tão opressores e disciplinares. Como isso não foi feito, esse espaço, que hoje deveria ser voltado para o conhecimento, ainda abre brechas e proporciona a tentativa repressora que se observa. Assim, escola moderna ainda é uma instituição coercitiva em sua essência, potencial para ser utilizada estrategicamente pelos parlamentares cristãos como elemento do grande dispositivo de poder.

Oportunamente, é preciso retomar Foucault em seu conceito de poder antes de expor sua análise específica sobre o papel da Igreja dentro de um contexto mais amplo.

O autor entende que, em geral, o poder é microfísico, capilar, não se origina de um determinado lugar, pode não ser vertical ou centralizado, pelo contrário, pode partir de pequenos lugares, em função de pequenas coisas, de fora para dentro, da periferia para o centro, para, enfim, se concentrar. Para ele, o poder é um feixe aberto, de relações mais ou menos organizadas, coordenadas e piramidalizadas, sem necessariamente uma gênese que deve ser reconstituída. Contudo, no caso específico da Igreja Católica e suas ramificações cristãs, o histórico dessa instituição em particular mostra que ela foi capaz de instaurar um poder vertical, do qual se nota uma origem em estratégias bem demarcadas, tal como está sendo feito agora no Brasil. De acordo com Foucault, historicamente a Igreja apresenta sua astúcia, de dentro para fora:

De modo geral, penso que é preciso ver como as grandes estratégias de poder se incrustam, encontram suas condições de exercício em micro-relações de poder. Mas sempre há também movimentos de retorno, que fazem com que as estratégias que coordenam as relações de poder produzam efeitos novos e avancem sobre domínios que, até o momento, não estavam concernidos. Assim, até a metade de século XVI, a igreja controlou a sexualidade de maneira bastante frouxa [...]. A partir do Concílio de Trento, por volta de meados do século XVI, assistiu-se ao aparecimento, ao lado de antigas técnicas de confissão, de uma série de novos procedimentos novos que foram aperfeiçoados no interior da instituição eclesiástica [...]. Foi isto que se tentou injetar na sociedade, através de um movimento, é verdade, de cima para baixo (FOUCAULT, 1979, p. 249).

A Igreja vem articulando suas relações de poder, de um modo ou de outro, seja se apropriando de espaços, seja subvertendo valores e criando discursos, mas sempre agindo em momentos oportunos, quando há efervescência de algum movimento transformador, como é o caso do atual movimento feminista e suas vertentes. Trata-se de um mecanismo hábil em fazer manobras específicas, não somente para se manter no poder, mas para se acentuar, se estabilizar, quando for necessário, e para ganhar mais terreno.

O momento atual confirma ainda a visão de Foucault sobre os métodos e eficácia da manobra. Os estrategistas sabem tão bem sobre as relações de força, que compreendem que só há eficácia do projeto, se há intervenção sobre a individualidade de cada ser, sobre o indivíduo em si, não apenas sobre o fato, para assim transformar e emendar o sujeito. Para tanto, recorrer às escolas e à sua estrutura disciplinar sobre as mentes e os corpos dos jovens seria mesmo o projeto mais certo para atender às necessidades e objetivos da Igreja.

Hoje, o alienista no Brasil é o parlamentar que compõe a bancada evangélica no Congresso Nacional.

São eles que alienam da população seu direito e autoridade sobre seus próprios corpos e escolhas, que reprimem anseios e conquistas sociais, principalmente das mulheres, que cada vez ousam mais, reivindicando seus espaços e direitos de cidadania prescritos na Carta Magna.

4 CONCLUSÃO

O estudo mostra que o Brasil e o mundo estão vivenciando um momento conturbado política e ideologicamente, e que isso é experimentado no cotidiano das pessoas, se espraiando para questões de gênero e sexualidade, criando embates entre os mais libertários e os conservadores. Muito dessa polaridade se deve às novas concepções de subjetividade e identidades, pois muitos ainda permanecem com noções centralizadoras embasadas no discurso biológico, insistindo em criar categorias, conforme ordenava o pensamento moderno. Contudo, as ideias pós-modernas ganham cada vez mais espaço na sociedade, principalmente junto à população mais jovem.

E enquanto o movimento LGBTQI avança em suas pautas, ganhando cada vez mais espaço no plano jurídico, e as mulheres aos poucos estão se conscientizando de seu lugar pleiteando igualdade de gênero com as lutas feministas, a educação brasileira mostra que ainda está um passo atrás. Entretanto, estudos na área pedagógica já reconhecem a urgência de abrigar e incluir esses temas em suas práticas.

Na contramão da Pedagogia pós-crítica, uma política conservadora apresenta para a educação o projeto do Movimento Escola Sem Partido, que ainda não foi aceito e decretado, por enquanto segue em trâmite no Congresso. Existem forças opostas lutando contra essa proposta e um eleitorado que clama por transformações – visto a quantidade expressiva de mulheres eleitas deputadas federais no ano de 2018, defendendo pautas feministas, em luta por igualdade social e direitos da mulher. Isso demonstra a percepção de Foucault sobre o poder, que apesar

de ser microfísico, capilar, construído a partir de uma estratégia muito sofisticada em sua imposição, ainda assim possibilita brechas para dele escapar. Portanto, onde há força, sempre vai haver espaço para resistência, pois, apesar da capilaridade, o poder vigente mostra aberturas na má coordenação de suas relações, especialmente no caso do poder cristão no Congresso, como foi visto.

Todavia, é preciso salientar sobre os riscos que a democracia corre, sobretudo com relação à equidade de gênero, sexualidade e temas transversais. A presença de uma bancada religiosa em âmbito federal ignora questões sociais, econômicas, ou garantia dos direitos mínimos do cidadão e dignidade para viver com o básico que um ser humano necessita. Os parlamentares evangélicos atuam, acima de qualquer coisa, não por uma sociedade igualitária e pela transformação, mas somente pelo conservadorismo, prezando valores morais cristãos, zelando pelo conceito de família tradicional, apoiada no patriarcado.

A estratégia desse grupo ataca diretamente sobre a área da educação, orquestrando sistematicamente seus representantes nas decisões mais importantes das políticas públicas educacionais do país, principalmente no que envolve políticas de gênero e sexualidade. A agenda educacional é vital para um sistema democrático de direito e, embora a ampliação de direitos às minorias seja essencial para que os sistemas democráticos sejam legítimos em sua essência (SILVA, 2015), o Brasil insiste em seguir na contramão da maioria das políticas liberais ocidentais, acolhendo na política nacional líderes religiosos que fazem de um tema tão necessário de ser discutido um verdadeiro tabu. Ademais, cabe ressaltar que cada pasta do governo deve ser administrada sob orientação técnica e profissional correspondente e adequada, baseada em estudos. Porém, aparentemente, a educação brasileira está alheia às renovações dos estudos pedagógicos.

Por fim, enquanto a religião não se afastar das decisões político-educacionais do Estado, dificilmente haverá uma educação libertadora e transformadora, que busque uma sociedade igualitária, justa e

democrática. A pasta da educação é tão importante para o desenvolvimento do Brasil e para a erradicação da desigualdade social quanto a da economia ou da saúde. Todos os ministérios e secretarias devem estar calcados no conhecimento técnico, atuando lado a lado, a fim de, juntos, edificarem o progresso do país. Um dos maiores nomes do pensamento político universal, Nicolau Maquiavel, no ano de 1532, quando escreveu sua grande obra *O Príncipe*, salientou que para haver desenvolvimento nos Estados Nacionais, é preciso dessacralizar o político, havendo independência do poder religioso (OLIVEIRA; RUBIM, 2012). Enquanto uma das teorias políticas mais bem elaboradas da humanidade pregava a laicidade já no século XVI, o Brasil de 2021 tem como Presidente da República um político conservador, cujo lema é “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”⁴, marchando rumo a uma ditadura sexista e patriarcal, legitimando a desigualdade entre gêneros e a homofobia.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 mar. 2020.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 23 jul. 2019.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Plano Nacional de Educação 2014–2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Série Legislação n. 193. Disponível em: [bd.camara.gov.br/bd/.../bdcamara/.../plano_nacional_educacao_2014-2024_2ed.pdf](http://bd.camara.gov.br/bdcamara/.../plano_nacional_educacao_2014-2024_2ed.pdf). Acesso em: 23 jan. 2020.
- BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11–42, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457>. Acesso em: 23 jul. 2019.
- CARREIRA, D. *et al.* **Gênero e educação**: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais. São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas. 2016.
- CORREIA, W. F. O que é conservadorismo em educação? What is conservatism in education? **CONJECTURA: filosofia e educação**, v. 18, n. 2, p. 78–90, 2013.
- DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educ. Soc.**, v. 29, n. 103, p. 477–492, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/09>. Acesso em: 23 jul. 2019.
- DOMINGOS, M. F. N. Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância. **REVER: Revista de Estudos da Religião**, v. 9, 2009. Disponível em: http://www4.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_domingos.pdf. Acesso em: 31 mar. 2020.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- OLIVEIRA, T.; RUBIM, S. R. F. Reflexões sobre a influência de Maquiavel na educação e na formação do Estado Moderno. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 28,

⁴ Ver matéria completa em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-nao-sou-o-mais-capacitado-mas-deus-capacita-os-escolhidos/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

n. 1, p. 131–156, Mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982012000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 jan. 2020.

PERRENOUD, P. **Pedagogia diferenciada**: das intenções à ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

ROSENO, C.; SILVA, J. Políticas públicas educacionais em gênero e diversidade sexual: atos de resistência diante do avanço do conservadorismo do movimento “Escola Sem Partido”. **Itinerarius Reflectionis**, v. 13, n. 2, p. 1–21, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rir.v13i2.47804>. Acesso em: 23 jan. 2020.

SACRISTÁN, J. G. A educação que temos, a educação que queremos. In: INBERNÓN, F. **A educação no século XXI**: os desafios do futuro imediato. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SILVA, L. G. T. O Brasil ao pé da cruz: notas sobre a representação política de pentecostais e neopentecostais. **Rev. Pensamento Plural**, n. 17, p. 101–127, jul./dez. 2015.

VIANNA, C. P.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988–2002. **Caderno de Pesquisa**, v. 121, n. 34, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000100005. Acesso em: 23 jan. 2020.

Recebido em: 25/02/2021

Aceito em: 19/04/2021